



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 048/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00033 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Governo

UNIDADE: Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso acerca do Estudo do Balanço de Impactos Socioeconômicos do Programa Paulista de Concessões Rodoviárias, realizado pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA/USP) a pedido da ARTESP, sobre os benefícios socioeconômicos do programa de concessões do estado. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO CODUSP/LAI Nº 0048/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão forneceu o respectivo "Estudo do Balanço de Impactos Socioeconômicos do Programa Paulista de Concessões Rodoviárias". Inconformado, o solicitante apresentou apelo revisional cabível à Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente ficou satisfeito com a resposta recebida: *"Inicialmente, agradeço a ARTESP pela presteza na identificação e compartilhamento da documentação solicitada"* e, em seguida, inovou em grau recursal ao solicitar o compartilhamento de relatórios e fazer questionamento ao órgão, diferentemente do pedido inicial, o qual foi atendido pelo ente. Mesmo assim, a ARTESP, orientou onde o interessado pode obter vistas do processo que identifica, fornecendo o endereço eletrônico para a formalização do pedido de vista dos autos, onde os documentos requeridos poderão ser consultados.
4. O presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com alterações posteriores.
5. Considerando que o recurso não almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 23/01/2023 às 17:33:27.

CGEDES202300921A

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202300921A